



Boletim

CR/RR

AGOSTO/2017



AGENDA

APEOESP

AGOSTO

- 14 RE Ordinário
- 18 CER Ordinário
- 15ª Plenária
- 28/31 Estatutária Nacional da CUT

SETEMBRO

- 07 Grito dos Excluídos
- 14/15 Reunião do CNE - CNTE
- 15 Assembleia Geral – Praça da República

CUT

AGOSTO

- 15ª Plenária Estatutária Nacional
- 28/31 – Congresso Nacional Extraordinário e Exclusivo

SETEMBRO

- 07 Grito dos Excluídos

CNTE

AGOSTO

- 15ª Plenária Estatutária Nacional
- 28/31 – Congresso Nacional Extraordinário e Exclusivo

SETEMBRO

- 07 Grito dos Excluídos
- 12 Reunião dos Coletivos
- 13 Reunião da Direção
- 14/15 Reunião do Conselho Nacional de Entidades - CNE



Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral
Sílvio de Souza
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações
Stenio Matheus de Moraes Lima
Secretário de Comunicações Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Stenio Matheus de Moraes Lima
Leandro Alves Oliveira
Sílvio de Sousa
Rita de Cássia Cardoso
Richard Araújo
Fláudio Azevedo Lima
Miguel Noel Meirelles
Francisco de Assis Ferreira
Paula Cristina Oliveira Penha
Tiragem 12 mil exemplares

EXPEDIENTE

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2017/2020

DIRETORIA EXECUTIVA: **Presidente:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice Presidente:** Fábio Santos de Moraes; **Secretário Geral:** Leandro Alves Oliveira; **Secretário Geral Adjunto:** Sílvio de Souza; **Secretário de Finanças:** Fláudio Azevedo Lima; **Secretário de Finanças Adjunto:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretário de Patrimônio Adjunto:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretário de Comunicações:** José Roberto Guido Pereira; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Stenio Matheus de Moraes Lima; **Secretária de Formação:** Zenaide Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretário de Política Sindical:** Moacyr Américo da Silva; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Ana Lucia Ferreira; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suelly Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Rosa Maria de Araújo Florentin; **Secretária para Assuntos Municipais:** Nilceia Fleury Victorino; **Secretário para Assuntos Municipais Adjunto:** Tales Amaro Ferreira; **Secretária Geral de Organização:** Cilene Maria Obici; **Secretário de Organização da Capital:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Organização da Grande São Paulo:** João Luis Dias Zafalão; **Secretária de Organização do Interior:** Maria de Lourdes Rafael e Souza; **Secretária de Organização do Interior:** Sonia Maria Maciel; **Secretário de Organização do Interior:** Jorge Leonardo Paz; **Secretário de Organização do Interior:** Sérgio Martins da Cunha

DIRETORIA ESTADUAL: Ademair de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva; Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Carolina Correia - Sorocaba; Ana Lúcia Santos Cugler; Ana Lúcia Viana; Anatalina Lourenço da Silva; Andreia Oliveira de Souza Soares; Antônio do Vale; Antonio Gandini Junior; Antônio Gerônimo; Antonio Lages França; Antônio Jovem de Jesus Lima; Ary Neves da Silva; Benedito Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Cauê Vieira Campos; Claudia Cristina Alves de Souza; Cláudio Juhrs Rodrigues; Claudio Luiz Alves de Santana; Deborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliane Aparecida Garcia; Emanuel Ferreira da Silva; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida da Silva Faria; Felipe Brillante Maropo; Flavia Bischain Rosa; Francisco José de Lima Neto; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; João Batista Silva dos Santos; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; Jose de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luis Antonio Nunes da Horta; Luiz Claudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Mara Cristina de Almeida; Marcella de Campos Costa; Marcos César Luiz Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichioli; Maria de Lourdes Mantovani Pavan; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Mauricio Santos dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Nizete Nascimento Albuquerque Gusmão; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Maria Teixeira de Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronaldi Torelli; Rui Carlos Lopes de Alencar; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vania Pereira da Silva; Vera Lucia Zirnberger; Walmir Siqueira; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonioli

I. Conjuntura Internacional

1. A Venezuela na mira do imperialismo norte-americano

O golpe do impeachment contra a Presidenta Dilma Rousseff no Brasil e a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e da população se inscrevem no contexto da ofensiva conservadora, que tem produzido outros golpes de estado e ataques à democracia na América Latina e no Caribe, como em Honduras, no Paraguai e também no Brasil.

Na Argentina, embora eleito pelo voto secreto depois de uma dura campanha midiática de desgaste do governo de Cristina Kirchner, Macri vem implantando a mesma política neoliberal de desmonte do Estado e destruição dos direitos da classe trabalhadora que seus colegas golpistas de outros países.

Trata-se, portanto, de uma articulação comandada a partir de Washington para recuperar toda a sua capacidade de domínio sobre a economia da região e apoderar-se de suas riquezas naturais, especialmente o petróleo.

Golpe em curso

Neste momento, o esforço golpista dos Estados Unidos se concentra na Venezuela, um dos maiores produtores de petróleo do mundo. A campanha norte-americana, que já dura alguns anos, classifica o governo venezuelano como tirania, inimigo do povo e responsável pela atual situação de desabastecimento e penúria no país. Com as sanções econômicas determinadas pelo governo norte-americano, a situação tende a piorar. Os conflitos, portanto, poderão se acirrar ainda mais.

A decisão de suspensão da

participação da Venezuela no Mercosul, que teve no governo golpista do Brasil um de seus principais articuladores, atende a uma orientação de Trump, que pretende impor o esvaziamento do Mercosul para impor a reconstrução da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ou criar um outro organismo para submeter toda a economia do continente.

Defendemos a democracia como um princípio fundamental e entendemos que o direito de autodeterminação dos povos se expressa em sua soberania para decidir os destinos de seus países, nos marcos do funcionamento democrático das instituições, sem medidas de força e interferências externas. Somente ao povo venezuelano é reconhecido o direito de julgar o presidente Nicolás Maduro e seu governo. A manutenção ou retirada da coligação partidária atualmente no poder cabe ao povo, por meio de eleições livres e diretas.

Repudiamos, portanto, a tentativa de golpe em curso, orquestrado pelos EUA, assim como continuamos lutando contra o golpe em marcha no Brasil e somos solidários com as populações de todos os países vítimas de movimentos autoritários que visam destruir a democracia e os



II. Conjuntura Nacional

avanços sociais.

1 Intensificar a luta contra Temer, em defesa dos direitos da classe trabalhadora

As reformas estruturais que vem sendo implementadas pelo governo golpista de Michel Temer estão na contramão dos direitos e necessidades da classe trabalhadora e da população brasileira.

Congelamento dos investimentos públicos

A Emenda Constitucional 95 que impôs o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos nos patamares de 2016, inviabiliza o necessário incentivo do Estado ao crescimento econômico do país e as políticas sociais, sobretudo a educação e a saúde. Ela dificulta a destinação de recursos para o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano Nacional de Educação, agora praticamente descartadas pela decisão de Temer de vetar o artigo do Orçamento da União que dava prioridade ao financiamento do PNE.

Para combater esses planos, a APEOESP está participando da organização da Conferência

Nacional Popular de Educação (CONAPE) e contribuirá com todo o seu empenho na realização das etapas municipais, intermunicipais e estadual e da delegação que irá à etapa nacional. A CONAPE é organizada pela sociedade civil, tendo em vista que o governo Temer não mais realizará a Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Terceirização

A terceirização ilimitada, que retira os direitos do trabalhador que venha a ser contratado é justificada por ser mais “barata”. Entretanto, se tomarmos o caso de um professor terceirizado na escola pública, certamente ele não custará ao Estado o valor atual; será mais caro. Na realidade, o objetivo real é entregar o máximo possível de órgãos, funções e serviços públicos à iniciativa privada.

Reforma do ensino médio

A reforma do ensino médio significa o aprofundamento do fosso que separa as escolas destinadas aos filhos da elite e as escolas públicas voltadas aos filhos e filhas da classe trabalhadora. Ela impõe a redução ou eliminação de disciplinas, o que não ocorrerá na escola particular. E cria grandes diferenças entre

as escolas, a depender da sua localização e da vontade dos secretários da Educação em cada rede ou sistema.

Reforma trabalhista

A reforma trabalhista eliminou os direitos conquistados por anos de lutas da classe trabalhadora. Um de seus aspectos centrais é o ataque à organização dos trabalhadores, enfraquecendo os sindicatos, que perdem o direito de representação e de negociação. Sob o lema “o negociado prevalece sobre o legislado”, instituiu-se a flexibilização de direitos e o trabalhador fica à mercê dos empresários, que podem impor a chamada “jornada intermitente” (contratação por tarefas), ampliação da jornada sem pagamento de horas extras, trabalho em local insalubre e muitas outras condições adversas.

Reforma tributária privilegiará os ricos

Outra reforma que está sendo preparada por Henrique Meirelles e Michel Temer é a tributária, para aumentar ainda mais os impostos, elevando alíquota de contribuição. Na realidade, a reforma tributária que interessa à classe trabalhadora e à população deveria taxar os mais ricos e reduzir a carga tributária sobre os



assalariados e sobre o consumo das camadas mais pobres.

Previdência: ataque frontal à classe trabalhadora, sobretudo às mulheres

Neste momento o governo concentra seus esforços na votação da reforma da previdência, um ataque frontal à classe trabalhadora, sobretudo às mulheres, pois desconsidera sua realidade específica como trabalhadora, mãe e dona de casa. A proposta do governo aumenta a idade mínima, o valor e o tempo mínimo de contribuição, além de direcionar a previdência complementar para os fundos previdenciários geridos pelos banqueiros.

Vamos continuar presentes nas ruas e vamos prosseguir pressionando os parlamentares, massificando a denúncia nas escolas e na sociedade e participando de todas as mobilizações e caravanas a Brasília para barrar a reforma da previdência de Michel Temer.

Da mesma forma, por meio dos comitês de luta contra o golpe, nas regiões, devemos nos manter mobilizados contra todos os retrocessos e ataques aos nossos direitos e por eleições diretas já.

2 Reforma política em debate

Agora, está em discussão na Câmara dos Deputados a reforma política. Não aquela re-

forma que vimos reivindicando há muitos anos, para corrigir as distorções do sistema político e ampliar a participação popular, mas uma reforma destinada a manter os atuais membros do Congresso Nacional, sendo que expressiva parcela deles estão sendo acusados de corrupção.

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou em 9/8 o texto base desta reforma, que deve passar ainda por votações nos plenários da Câmara e do Senado, nos quais necessita receber 60% dos votos dos parlamentares para entrar em vigor. Apresentamos rapidamente alguns de seus pontos centrais:

a) Financiamento público de campanha

A proposta aprovada prevê a criação de um fundo eleitoral composto por dinheiro público e gerido pelo TSE. De acordo com a decisão da Comissão Especial da Reforma Política este fundo será formado por R\$ 3,6 bilhões nas eleições de 2018.

Alguns parlamentares defendem que possa haver doações de pessoas físicas para o fundo, porém o relator da reforma política (deputado Vicente Cândido) propôs a proibição de autofinanciamento de candidatos.

b) “Distritão”

Este modelo não constava na proposta original e foi introduzido pelo PMDB, por meio do então Presidente da Câmara, Eduardo

Cunha.

Por este sistema, em discussão no âmbito da reforma política, os estados são considerados “distritos” e são eleitos os candidatos mais votados, sem coligações e sem votos de legenda.

Essa proposta sofre oposição de membros de diversos partidos. Ela tende a beneficiar os candidatos mais “populares” e com maior poder econômico, além dos que já exercem mandatos parlamentares e os presidentes de partidos (ou suas executivas) que têm amplos poderes para definir a localização dos(as) candidatos(as) na lista partidária. A proposta precisa de 308 votos para ser aprovada no plenário da Câmara dos Deputados.

De acordo com os meios de comunicação, os presidentes da Câmara e do Senado discutem “regra de transição” para a eleição de 2018, de modo que os atuais deputados federais sejam os primeiros das listas de seus partidos. O relator da reforma, Vicente Cândido, defende lista fechada nas eleições de 2018 e 2022, mas é contra prioridade para atuais deputados.

É importante dizer que se for aprovado no curto prazo, o “distritão” valerá já para as eleições de 2018.

c) “Voto distrital misto”

A comissão também aprovou, em votação separada, que a partir de 2022 passaria a va-





ler o sistema “distrital misto”, pelo qual o eleitor vota duas vezes. Uma para candidatos no distrito e outra para a lista dos partidos (legenda). A metade das vagas vai para os candidatos eleitos por maioria simples. A outra metade é preenchida conforme o quociente eleitoral pelos candidatos da lista. A crítica é que os eleitores não poderiam votar em candidatos de outros distritos.

Em ambos os casos, “distritão” ou “voto distrital misto”, acabam as eleições proporcionais no Brasil.

d) Outros pontos

Entre os pontos em discussão no âmbito da reforma política estão ainda o estabelecimento do mandato de cinco anos, fim dos/as vices, a coincidência dos mandatos e das eleições, limite de 10 anos para os mandatos dos Ministro das cortes superiores, entre outros.

Destacamos:

a) Reforma política como instrumento de democracia e participação, não de retrocesso

Não podemos aceitar uma reforma política que apenas sirva para dar continuidade a um sistema político desigual, ao privilegiar os setores políticos e sociais já privilegiados não serve para atender os anseios e necessidades da população brasileira.

Frente a isso, devemos levar este debate para as escolas e todos os demais espaços onde for possível realizar esta discussão, levando em conta, entre outros, os seguintes aspectos.

b) A composição do parlamento não reflete a sociedade brasileira

A composição do Congresso Nacional, sobretudo a partir da eleição de 2014, representa menos ainda a realidade brasileira. Maioria na população, mulheres e negros têm ínfima representação. Caiu de 83 para 46 os parlamentares que representam os trabalhadores na Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, a chamada “bancada do conservadorismo” elegeu pelo menos 251 deputados sendo 153 da bancada ruralista, 75 da bancada evangélica e 23 da denominada “bancada da bala”, representando policiais e militares de uma forma geral.

c) A educação pública não está representada

Se os setores privatistas estão muito bem representados no Congresso, no Ministério da Educação, no Conselho Nacional de Educação e demais instâncias de poder, os trabalhadores em educação e a educação pública estão praticamente sem nenhuma representação. No caso do estado de São Paulo, nossa categoria não tem representantes na Câmara dos Deputados e também

na Assembleia Legislativa e isto precisa mudar.

d) Não à criminalização da política

O atual sistema político, calcado no financiamento empresarial das campanhas eleitorais, naturalizou a prática do caixa 2 e tornou a atividade eleitoral um negócio de bilhões de reais. Calcula-se que na última campanha eleitoral federal o montante total envolvido chegou à casa dos R\$ 5,1 bilhões. No caso das eleições municipais de 2016, somente o registro legal dos gastos chegou a R\$ 650 milhões, de acordo com o TSE.

A reforma política, portanto, tem que ser um instrumento para retirar definitivamente a política da esfera criminal e devolvê-la ao âmbito da democracia e da cidadania, instituindo o financiamento público transparente, fiscalizado pelas instituições e pela sociedade.

e) Mais participação, mais democracia

A reforma política deve resgatar, ampliar e aperfeiçoar essas formas de participação popular no âmbito do Estado brasileiro, porque o Estado não pode se resumir ao pesado aparato do poder institucional e sim abarcar diferentes formas de representação da sociedade civil organizada, incorporando-as sem deixar de respeitar





suas identidades e autonomia política e organizativa.

Ao mesmo tempo, deve ser

aperfeiçoado o instituto do projeto de iniciativa popular e reconhecidos efetivamente os

conselhos populares em todos os níveis, como formas complementares de representação

III. Campanhas

popular, diferenciadas, mas não conflitantes, com as instituições parlamentares.

(Veja no final deste item as propostas a serem debatidas nas Reuniões de Representantes)

Com a ascensão do governo golpista de Temer, o Governo Alckmin intensificou sua política de sobrecarga de trabalho sobre os professores e desrespeito a seus direitos, assédio moral, desvalorização profissional, reajuste zero, precarização das relações de trabalho (categoria O), fechamento de classes e escolas, superlotação de classes, redução de programas importantes como a mediação escolar, salas de leitura e outros, além de outras medidas autoritárias que prejudicam a categoria e a educação pública.

Este será mais um semestre de lutas, cujo calendário representará a continuidade ininterrupta da campanha salarial e educacional que os(as) professores(as) vêm travando desde 2015, quando realizou-se a mais longa greve da rede estadual de ensino.

a) Campanha pela educação de qualidade e valorização do magistério

Diante da visível queda da qualidade do ensino na rede pública estadual, da sabida precariedade das condições de trabalho, do desrespeito aos direitos dos professores, estudantes, demais profissionais, pais e sociedade em geral, a DEC decidiu intensificar a denúncia das políticas do governo Alckmin e lançar forte campanha pela “qualidade da educação e valorização do magistério”.

Para tanto, a APEOESP está realizando uma nova pesquisa junto aos professores, estudantes, pais e toda a comunidade escolar para demonstrar de forma concreta a realidade da Escola Estadual.

Vamos envolver professores, estudantes, pais, movimentos e toda a sociedade civil organizada, por meio do movimento Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, porque a educação é uma luta de todos e não apenas da nossa categoria.

b) Campanha contra o fechamento de classes

Derrotado pelo movimento conjunto de professores, es-

tudantes, pais e movimentos sociais em 2015, o Governo Alckmin prossegue a “reorganização silenciosa” das escolas estaduais. Levantamento da APEOESP no primeiro semestre de 2017 aponta o fechamento de, pelo menos 1.400 classes e este processo prosseguiu, inclusive, durante o recesso de julho.

Há pelo menos dois casos em que o governo pretende fechar escolas: a E.E. Flaminio Lessa, em Guaratinguetá e E.E. Leopoldo José de Sant’Anna, na Baixada Santista. As subsedes locais estão mobilizando as comunidades e a Diretoria já levou os casos à Secretaria Estadual da Educação para dizer que não aceitaremos fechamentos de classes e escolas em hipótese alguma.

Por isso, estamos dando continuidade à luta contra este ataque do governo juntamente com a comunidade, por meio do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo e, junto com todas as entidades e movimentos, vamos desenvolver uma campanha estadual cujo lema preliminar é “Assegure seu direito, lute pela sua vaga na es-





cola estadual. O lugar da criança e do jovem é na escola pública.”

As subsedes devem:

- Utilizar carros de som, panfletos e todos os recursos necessários para realizar o mapeamento da demanda por vagas nas escolas estaduais, registrando os nomes de todas as crianças e jovens. Não ACEITAMOS que o Estado defina a demanda a ser atendida.
- Juntamente com a comunidade, protocolar a demanda nas Diretorias de Ensino e nas próprias unidades escolares, encaminhando cópias para a Presidência da APEOESP.
- Realizar manifestações, abaixo-assinados, denúncias, audiências nas Câmaras Municipais e o que mais for necessário para pressionar as DEs e a SEE a reabrir e desmembrar classes e a criar novas classes onde a demanda exigir.
- Pressionar pela redução do número de estudantes por classe, tomando como referência o número máximo de 25 estudantes em cada classe. Materiais e instruções detalhadas serão encaminhados posteriormente.

c) Assembleia estadual no dia 15 de setembro

O grande momento de deflagração de nossas lutas no segundo semestre será a Assembleia Estadual dos Professores, que se realizará no dia 15 de setembro, às 14h30, na Praça da República.

Até lá devemos debater com os professores nas escolas, realizar plenárias e atividades regionais e preparar grandes caravanas nas subsedes para que esta assembleia represente um momento de unidade da categoria e de pressão efetiva sobre a Secretaria Estadual da Educação pelo atendimento das reivindicações.

d) Não aceitamos reajuste zero

Não aceitamos a política do governo Alckmin de ataque à educação e aos direitos dos(as) professores(as).

Por enquanto, conquistamos reajuste para todos os PEB I – logo mais para todo o magistério

De imediato, o governo tem que cumprir a decisão judicial que mandou estender a todos(as) os(as) professores(as) PEB I (42 mil da ativa e 76 mil aposentados) o reajuste de 10,15% necessário para equiparar o salário base de PEB I ao Piso Salarial Profissional Nacional. O governo está fazendo essa adequação salarial como “abono” - o que não é permitido pela lei do piso – exclusivamente para os/as PEB I que recebem o salário base. Ainda está pendente de decisão judicial a extensão do reajuste a todos os demais integrantes da carreira (PEB II, Diretores, Supervisores e, inclusive Dirigentes), da ativa e aposentados.

Valeu a nossa luta! E vamos arrancar o reajuste emergencial de 24% para repor as perdas dos

últimos 3 anos, na perspectiva do cumprimento da Meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação (equiparação dos nossos salários à média dos salarial dos demais profissionais com formação equivalente). Para tanto, estamos cobrando a retomada das reuniões da Comissão Paritária criada para este fim por proposta da APEOESP.

e) Em defesa dos(as) professores(as) da Categoria “O”

Historicamente a APEOESP luta para que o ingresso dos professores nas redes públicas de ensino se dê por meio de concursos públicos de provas e títulos. Entretanto, tendo em vista o grande número de professores temporários, precariamente contratados por sucessivos governos, não podemos nos furtar em defender de forma efetiva esses professores, lutando para que sua forma de contratação seja justa e que sejam respeitados e valorizados como os demais integrantes da categoria.

Por isso a APEOESP tem lutado junto à Secretaria da Educação para que cumpra a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação, encaminhando à Assembleia Legislativa uma nova lei de contratação que assegure a esses professores a equiparação de direitos aos professores efetivos.

Transitoriamente, de imediato, lutamos pela redução da “duzen-





tena” de 180 dias para 40 dias e para que os que já estão na rede estadual e ameaçados de demissão no final do ano, passem a ter os mesmos direitos e condições dos professores da chamada “Categoria “F”.

f) O IAMSPE é nosso!

A APEOESP luta para que o projeto do governo Alckmin, que transforma o IAMSPE em “Autarquia Especial” não seja aprovado da forma como está redigido. O Sindicato entende que o projeto tal como está não garante atendimento integral aos servidores, permite a privatização parcial ou total dos serviços, a cessão de bens e espaços a terceiros, não garante o aporte de recursos do Estado para subsidiar o Instituto, alija os servidores da administração do IAMSPE, entre outros problemas. Por fim, o projeto assegura o direito dos professores da Categoria “O” ao IAMSPE, mas não estabelece em que condições isto poderá ocorrer.

g) Audiências públicas sobre o Orçamento do Estado

A Assembleia Legislativa de São Paulo está promovendo audiências em diferentes regiões do estado para debater sobre o orçamento do Estado para 2018.

O Orçamento do Estado não é assunto exclusivo de técnicos e parlamentares. Deve ser de domínio popular e nos interessa de perto como cidadãos e cidadãs,

professores(as) e servidores(as) públicos(as).

Nossa presença nessas audiências é fundamental para defender que o Orçamento do Estado contemple as necessidades da escola pública, nossas necessi-

dades profissionais e salariais e, também, que o Estado garanta verbas para o IAMSPE, tendo em vista que hoje somos nós, servidores, que sustentamos o Instituto e que há grandes deficiências e centralização no atendimento

Calendário das próximas Audiências Públicas ao Orçamento 2018

Data	Local	Horário	Regiões Abrangidas
21/08/2017	Câmara Municipal de São José dos Campos	10h00	RM Vale Paraíba e Lit Norte/ Região Adm SJ Campos
25/08/2017	Câmara Municipal de Franco da Rocha	10h00	RMSP/Sub-região Norte
28/08/2017	Câmara Municipal de Registro	10h00	Região Adm. de Registro
01/09/2017	Câmara Municipal de Araçatuba	10h00	Região Adm. de Araçatuba
01/09/2017	Câmara Municipal de Bauru	18h00	Região Adm. de Bauru
04/09/2017	Câmara Municipal de Itapeva	10h00	Região Adm. de Itapeva
04/09/2017	Câmara Municipal de Avaré	18h00	RM Sorocaba/ Região Adm Sorocaba
05/09/2017	Câmara Municipal de Itapetininga	10h00	RM Sorocaba/ Região Adm Sorocaba
11/09/2017	Consórcio Intermunicipal do Grande ABC - Santo André	18h00	RMSP/Sub-região Sudeste
13/09/2017	Assembleia Legislativa do Estado de SP	14h00	RM de São Paulo
15/09/2017	Câmara Municipal de Campinas	10h00	RM Campinas/ Região Adm Campinas
15/09/2017	Câmara Municipal de Bragança Paulista	18h00	RM Campinas/ Região Adm Campinas

Com o intuito de subsidiar nossa participação nessas audiências, a Subseção DIEESE/ CEPES da APEOESP, por deter-

minação da Diretoria Estadual Colegiada, elaborou subsídios que seguem anexos a este Boletim.





IV. Encaminhamento da DEC para as reuniões de RE/RÁ:

a. Luta contra o golpe, contra as reformas, em defesa dos nossos direitos

1. Reedição dos materiais impressos contra a Reforma da Previdência, e debater a reforma política com a categoria e com a sociedade, em defesa da democracia
2. Discutir e encaminhar ações de “desobediência civil” contra o governo golpista e suas reformas
3. Reunir os Comitês formados no âmbito das subsedes, juntamente com outras entidades, para encaminhar a luta contra o golpe e em defesa da democracia
4. Debater na CNTE um calendário de lutas contra a Reforma da Previdência
5. Debater com a CNTE, CUT e demais centrais sindicais a realização de um nova greve geral no País
6. Programar e realizar atividades regionais e participar das atividades estaduais e nacionais, como caravanas a Brasília, manifestações em

aeroportos e/ou ações nas regiões para pressionar parlamentares a votarem e se manifestarem contra a reforma da previdência e demais ataques do governo golpista.

7. No dia da assembleia estadual da categoria (15/9) realizar o Dia Estadual de Luta contra a Reforma da Previdência e a Política de Reajuste Zero do Governo Alckmin.

b) Reajuste zero, não!

1. Manter a Operação Caça-Alckmin.
2. Programar atividades de mobilização e pressão sobre o Governo para que cumpra a decisão judicial de reajuste de 10,15% para PEB I, extensivo a todos os integrantes da carreira, pelo reajuste de 24% para repor as perdas desde julho de 2014, pela aplicação da meta 17 do PEE.

c) Contra o fechamento de classes e escolas

1. Que as Subsedes realizem

pesquisas junto às comunidades escolares sobre o número exato de crianças e jovens fora da Escola, visando a organização de listas de demandas por vagas nas escolas da rede estadual, encaminhá-las para as DEs (com cópias para a presidência da APEOESP) para que sejam protocoladas no Gabinete do Secretário de Educação

2. Caso esta demanda não seja atendida, a APEOESP irá ingressar com ações judiciais contra o governo do Estado, diretamente ou por intermédio do Ministério Público.
3. Desenvolver uma campanha estadual cujo lema inicial é “Assegure seu direito, lute pela sua vaga na escola estadual. O lugar da criança e do jovem é na escola pública.”
4. Esta campanha deverá envolver os estudantes, a juventude, suas famílias, entidades e movimentos, por meio do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo
5. Nas Regiões, as Subsedes deverão utilizar-se da Resolução SS-493 da Secretaria de Estado da Saúde, para exigir que padrões



mínimos para ocupação das salas de aulas na rede estadual de ensino sejam cumpridos, tendo como objetivo evitar o fechamento e a superlotação de classes.

d) Abaixo a farsa da “escola sem partido”

A APEOESP reafirma seu posicionamento contrário e denuncia a farsa do chamado “Projeto escola sem Partido”. Um projeto inaceitável que vem na contra-mão da luta em defesa da pluralidade de ideias, de concepções pedagógicas, da liberdade de cátedra e da gestão democrática nas escolas.

e) Orçamento do Estado: pela qualidade na educação, reajuste salarial, valorização do magistério e em defesa da saúde dos(as) professores(as)

1. A APEOESP intensificará a presença ativa nas audiências públicas regionais que a Assembléia Legislativa está promovendo.
2. Todas as subsedes próximas aos locais de realização das

audiências deverão mobilizar os(as) professores(as) para exigir mais verbas para a educação, para a valorização do magistério, para as condições de trabalho e para o IAMSPE.

3. Nesta edição estamos publicando subsídios e faixas serão enviadas às subsedes.

f) Em defesa do IAMSPE

1. Pela não aprovação do projeto de autarquia especial do governo estadual. Trabalhar para alterar todos os pontos que prejudicam a nossa categoria e o próprio Instituto.
2. Lutar para que o IAMSPE, sustentado com nossos recursos, seja gerido pelos servidores públicos. Queremos um atendimento de qualidade, descentralizado e público. Somos contra a sua privatização, ainda que parcial.
3. A APEOESP promoverá um debate sobre a privatização do IAMSPE, com a participação da Promotora Dora Strilicher, estudiosa do assunto, que irá expor e debater sua pesquisa e ações judiciais que já impetrou sobre essa questão.
4. Subscrever abaixo-assinado da Comissão Consultiva Mista do IAMSPE por mais verbas para o Instituto, que será enviado para as subsedes.

QUEREMOS NOSSO REAJUSTE SALARIAL JÁ!

O Governo tem que cumprir a liminar da justiça: 10% de reajuste para toda a categoria, da ativa e aposentados

Reajuste emergencial de 24% para repor as perdas salariais desde julho de 2014

Cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação – equiparação salarial com demais profissionais com formação equivalente

DIA 15 DE SETEMBRO

ASSEMBLEIA ESTADUAL SEXTA COM PARALISAÇÃO 14H30

PRAÇA DA REPÚBLICA

E MAIS:

- Extensão dos direitos da categoria F para os/as atuais professores/as da categoria O, sem quarentena ou duzentena
- Nova lei de contratação de temporários, com equiparação de direitos aos/as professores/as efetivos/as (Estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação)
- Não ao fechamento e superlotação de classes. Limite máximo de 25 estudantes por classe
- Convocação de todos/as os/as concursados/as, PEB I e PEB II
- Fim do MMR. Não aceitamos intervenção no trabalho pedagógico dos/as professores/as
- Em defesa do Iamspe sob controle do funcionalismo e demais reivindicações

APEOESP

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FUNDO CIB CUB

www.apoesp.org.br

V. Vitórias judiciais recentes

a) Projetos da pasta

A APEOESP obteve a concessão de medida liminar que assegura a RECONDUÇÃO, no ano letivo de 2017, aos docentes que atuaram em Projetos da Pasta no ano de 2016 e que foram avaliados satisfatoriamente.

Em 08/08/2017, o Tribunal de Justiça negou recurso do Estado, restabelecendo a eficácia da decisão que determinou a recondução imediata dos docentes aos projetos da pasta.

A execução é imediata.

b) Não imposição de faltas aos docentes que participaram da Paralisação dos dias 28 a 31/03/2017

A APEOESP obteve a concessão de medida liminar que garante que os docentes que

participaram da paralisação dos dias 28 a 31/03/2017 não tenham consignadas faltas injustificadas, não sofram descontos, bem como, não tenham rescindidos os contratos temporários de trabalho ou a instauração de procedimento disciplinar.

Diante da decisão, a APEOESP está exigindo da SEE que autorize e oriente sobre a reposição de aulas desses dias, assim como a reposição das aulas relativas ao dia 28/4.

c) Anulação da mudança de sede compulsória dos professores readaptados

Nosso Sindicato impetrou Mandado de Segurança Coletivo em que foi concedida a decisão judicial, reconhecendo que a mudança compulsória de sede de exercício dos docentes readaptados é ilegal. Portanto, todos os docentes

readaptados que foram compulsoriamente transferidos de sede, retornarão às suas sedes originais.

Reposição das faltas de greves

A APEOESP não aceita perseguições aos que lutam por seus direitos e informa que ingressará com ações judiciais para todos(as) professores(as) que não conseguiram repor suas faltas ou sua homologação da reposição relativa à greve de 2015. Vale lembrar que a liminar concedida pelo Ministro Ricardo Lewandowsky, então presidente do STF, ordenou o pagamento dos dias parados e não exigiu a reposição.

Da mesma forma, todos(as) os(as) professores(as) que tenham sofrido algum tipo de perseguição na greve de 28 a 31 de março de 2017 devem procurar as respectivas Subsedes para ajuizamento de ações, tendo em vista que o Sindicato tem liminar que proíbe quaisquer tipos de penalidades em função da participação na greve.

